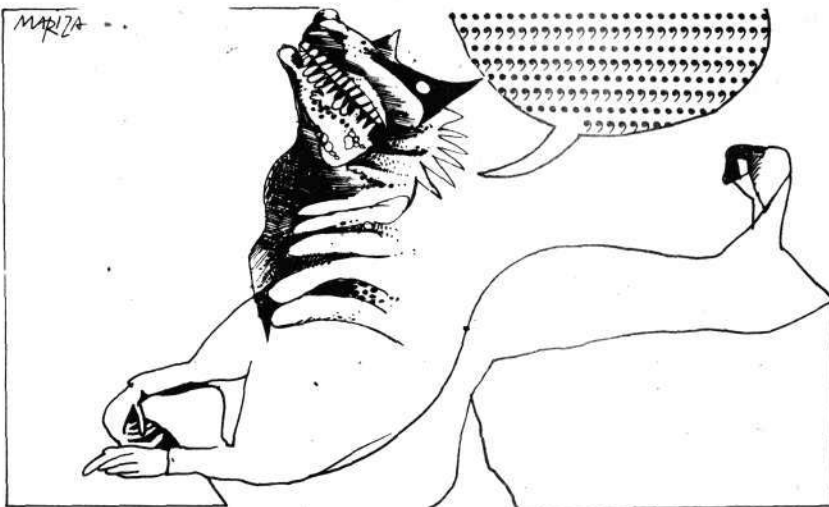


Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Mandato, sistema, manobras e sarneilisses

NEWTON RODRIGUES



O Clubão está excitado e esperançoso: se os fatos correrem a gosto, como se esforça que o façam, tudo terminará bem. Para ele, é lógico, não para o país, escalado mais uma vez para pagar as contas. Nas últimas semanas, o doutor Ulysses Guimarães interessou-se pouco, ou nada, em conversar com personalidades representativas da sociedade civil. Em compensação, amiudou encontros com os ministros militares e visitou o presidente da República enquanto costura, com linha verde, a camisa-de-força em que pretende imobilizar a vontade nacional. A peça já tem modelo: em nome de um acordo alto, como se costuma apelidar os golpes baixos, Sarney Costa ficaria com o mandato que ele próprio estabeleceu e um novo parlamentarismo de encomenda começaria a vigor em janeiro do ano vindouro, com regras de ocasião e tendo como figura de proa imagine-se quem? O grande articulador da tramóia.

Se falhar esse plano não terá sido por culpa do deputado paulista. Desde o instante em que aceitou passivamente a intromissão do presidente ocasional da República em matéria de exclusiva competência da Constituinte, ele mesmo abriu espaço para que o Planalto montasse os dispositivos de pressão que, tímidos e disfarçados a princípio, passaram a agir sem embaraços, com a cumplicidade de variada casta de políticos e não políticos. É verdade que outro dia ele rechaçou, alto e bom-tom, ameaça de recurso presidencial ao Judiciário e diz-se, até, que manteve com Sarney um diálogo duro. Mas isso se deu apenas quando a forma grosseira de ataques à Constituinte (no programa "pé no ouvido" e em entrevista concedida a "O Globo") exigiu-lhe reação, sob pena de condenar-se ao isolamento.

O balanço de sua atuação à frente da Assembléia é quase tão deficitário quanto o de Sarney Costa à frente da República. Durante mais de 12 meses contribuiu para todas as ações de retardamento, até que se decidiu a "comandar" (a expressão é dele) o plenário, em votações a toque de caixa, buscando correr à frente de uma crise que ajudou a desencadear e que procura contornar, sem resolver, pela barganha que se delinea. As resistências são grandes e há quem admita o recuo. Mas, pela criação do "buraco negro", do impasse regimental deter-

minado se nenhuma das propostas obtiver em plenário os 280 votos necessários, poderá sair uma segunda etapa da operação, caso não possam viabilizá-la antes. O adiamento da votação do tema, insinuado pela falta de decisão sobre a extensão do direito de greve e de sindicalização aos funcionários públicos e as amplas atribuições da Mesa, frequentemente extrapoladas, podem encompridar os debates, alargando a margem para que aumentem as pressões.

Ulysses Guimarães é confessadamente presidencialista e quinquenista. No primeiro caso, mantém uma posição histórica, e, candidato ao posto, desde o autolancamento feito em Nova York, prefere ocupá-lo com amplos poderes; no segundo, além de inspirações semelhantes, tem argumentado que eleições presidenciais em 88 municipalizariam o pleito, esquecido de que pode dar-se o contrário, isto é, federalizar-se as escolhas municipais. E fato que a decisão em 1989 teria, para ele, a desvantagem de encontrar a concorrência de governadores, inviáveis atualmente como candidatos. Mas, fabricado um parlamentarismo à feição, as funções de primeiro-ministro, a partir de janeiro próximo, facilitariam a montagem de bom esquema de sustentação para a corrida às urnas.

Sem comprometer-se com o sistema de gabinete, mas preparando-se para utilizá-lo, Ulysses desenvolve a manobra. O impasse dar-lhe-á chances de tentar um acordo em torno da fórmula Manoel Moreira (PMDB-SP), inspirada por ele pró-

prio e consubstanciada nas emendas 1658, 1659 e 1660, rejeitadas pelo relator, que pretendem criar um "presidencialismo parlamentarizado" conservando nas mãos do presidente da República todos os atributos de Poder Executivo, e agregando-lhe um primeiro-ministro, "principal auxiliar", "instrumento de mediação entre os poderes" e "controlador e unificador da administração", funções, que, a rigor, poderiam ser exercidas, mesmo no presidencialismo atual, por qualquer chefe da Casa Civil de envergadura.

Dos dois problemas mais agudos em debates —prazo de mandato presidencial e sistema de governo—, um deles recebe a quase unanimidade nacional quanto à solução, enquanto o outro pende de imponderáveis, sem que exista maioria firme. Os inquiridos de opinião e as manifestações generalizadas, colhidas em todas as camadas sociais e setores de atividades, não deixam dúvidas de que José Sarney Costa, centro da crise e seu principal animador pela incompetência egoísta, não é tolerável por mais de poucos meses, ainda assim para que os fiquistas e golpistas não possam utilizar, para confundir, o argumento de que se trama uma discriminação que seria aliás justificável, em vista de não haver "direitos adquiridos" na matéria e dos prejuízos morais, econômicos, políticos e sociais causados por sua presença no governo.

O mandato não pode ser, portanto, matéria de escambo, moeda de barganha, ou ficha de cambalacho.

As alternativas aceitáveis resumem-se a quadriênio com parlamentarismo ou quadriênio com presidencialismo. Qualquer outra fórmula, por mais dourada que consigam fazê-la, será apenas mais uma fraude, pois não se pode condicionar medidas institucionais permanentes à efêmera e medíocre personalidade que encalhou no poder. Imoral, sobre todas, é a fórmula em circulação, pela qual, votado o parlamentarismo, Sarney Costa prosseguirá governando presidencialmente por mais dois anos, adiando-se a adoção do sistema. Com a opinião pública dividida, como se encontra, tanto o presidencialismo, quanto o parlamentarismo, deveriam ser submetidos a referendo, no mais tardar, no primeiro caso, ao processar-se a escolha do substituto do atual mandatário e, no segundo, ao realizar-se a primeira eleição legislativa federal. Preferencialmente, a consulta deveria ter sido feita durante os trabalhos constituintes, para permitir a elaboração de um texto harmônico, em lugar do que está sendo votado, brigam dispositivos contraditórios. O adiamento da entrada em vigor do eventual parlamentarismo contribuirá, além de tudo, para que, a exemplo de João Goulart, o atual chefe do Executivo conspire contra o sistema estabelecido.

"A duração do mandato será determinado pela Assembléia Nacional Constituinte de 1986", disse Ulysses Guimarães, dois dias depois de morrer Tancredo. Três anos mais tarde, trata a matéria como assunto de generais.

"O objetivo maior do nosso projeto nós o atingiremos com a realização da Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, aspiração legítima de toda a sociedade", jurava Sarney em cadeia nacional de rádio e televisão, na madrugada do dia anterior. Treze meses passados, arrogava-se o direito de contestar-lhe as prerrogativas, criando uma crise política de desfecho incerto, mas que já causou prejuízos tremendos ao país, atingindo-o no desenvolvimento e corroendo-lhe as esperanças.

Vê-se, assim, o que podem valer, de fato, as palavras que ambos pronunciam, agora.

NEWTON DE ALMEIDA RODRIGUES é jornalista e analista político; foi diretor-redator-chefe do jornal "Correio da Manhã", editor da revista "Senhor" e editor do jornal "O País".